



Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP)

«Para muitos empresários, o contabilista serve apenas para calcular impostos quando a contabilidade deveria ser um instrumento de gestão»

O presidente da CTP apela aos empresários para valorizarem o papel do contabilista certificado, sustentando que melhor qualidade de informação, apesar dos custos acrescidos, pode ajudar as decisões de gestão. Francisco Calheiros defende ainda um pacto de regime, envolvendo governo e oposição, em termos de política fiscal.

Texto Nuno Dias da Silva | Fotos Raquel Wise

Contabilista - Portugal foi recentemente considerado o 14.º destino mais competitivo do mundo. Em 2018, recebeu quase 13 milhões de turistas estrangeiros, atingindo um novo recorde. Apesar disso, os números mostram que o dinamismo do turismo nacional travou a fundo no ano transato. O potencial de crescimento turístico do país atingiu o seu limite?

Francisco Calheiros - Não se pode dizer que o dinamismo da atividade travou a fundo. Nenhum indicador suporta esta ideia. O turismo encontra-se num momento particularmente desafiante. Iniciamos em 2013 um ciclo de crescimento com 43 milhões de dormidas e 15 milhões de hóspedes. Em 2018, ultrapassámos a marca das 57 milhões de dormidas e dos 21 milhões de hóspedes (números que não incluem o alojamento local). Falamos de ritmos de crescimentos verda-

deiramente excecionais, que resultam de conjunturas também excecionais. O que interessa registar é que Portugal é hoje um destino de referência, reconhecido internacionalmente pela sua oferta, pela qualidade dos seus serviços, pelo seu património diversificado, pela gastronomia e, sobretudo, pela hospitalidade das nossas gentes, que é um ativo único. Estamos longe de esgotar o nosso potencial de crescimento: há muitas regiões por descobrir, tesouros por desvendar e novos mercados para captar.

Contabilista - O mercado inglês, proeminente em destinos com o Algarve e a Madeira, tem registado uma acentuada tendência de descida. A indefinição sobre o brexit vai prolongar-se mais uns meses. Qual seria o cenário menos negativo para Portugal?

F. C. - Naturalmente que o brexit e

toda a discussão que o circunda nos preocupa e muito. O melhor cenário seria o de não acontecer o brexit. O mercado inglês é fundamental para a atividade turística em Portugal. Em dimensão, continua a ser o nosso principal mercado emissor. Em 2015, a quota de dormidas de britânicos em Portugal era de 24,3 por cento, que correspondia a 8,3 milhões de turistas. Em 2018, as dormidas destes hóspedes diminuíram 7,5 por cento. As razões estão identificadas e relacionam-se não só com o brexit, mas também com a desvalorização da libra, com a recuperação de mercados concorrentes no segmento sol, mar e golfe, como o Egipto, Tunísia ou Turquia e com a falência de companhias aéreas como a Monarch e a Air Berlin. Todos estes fatores nos devem obrigar a olhar para o turismo nacional e para a sua relação com o mercado britânico de uma forma atenta,

A introdução de novas taxas representa uma ameaça forte à sustentabilidade e competitividade internacional do turismo, a nível local e nacional, na medida em que afeta a situação financeira das empresas portuguesas que atuam nesta área.



responsável e, sobretudo, inovadora. Já não basta ter as melhores infraestruturas e equipamentos ou o serviço mais eficiente para atrair turistas britânicos. É preciso ir mais longe e diversificar o nosso produto, dinamizar os segmentos MICE (NDR: *Meetings* (Encontros), *Incentives* (Incentivos), *Conferences* (Conferências) e *Exhibitions* (Feiras)) e golfe e apostar mais na promoção. Qualquer cenário que se venha a concretizar - a saída ou a permanência do Reino Unido na União Europeia - deve contemplar estas medidas.

Contabilista - Admite que há uma espécie de turismo-dependência da economia? Existem alternativas a uma inversão de ciclo ou a algum imponderável que pode afetar, seriamente, o fluxo turístico?

F. C. - Ao longo destes cinco anos, o

turismo tornou-se a maior atividade económica exportadora do nosso país e a principal fonte de financiamento da balança comercial, para não falar dos vários milhares de postos de trabalho que criou e que foram decisivos para a redução da brutal taxa de desemprego registada em Portugal no período da *troika*. É irrefutável a sua importância para a economia. Tudo isto resulta do empenho e da dedicação dos nossos profissionais, mesmo em períodos críticos. Fomos a atividade que melhor soube resistir à crise e essencial para a recuperação económica e social do país. Estamos habituados a trabalhar em conjunturas complexas.

Contabilista - O turismo está integrado no Ministério da Economia. Com o peso que o setor turístico tem no PIB, veria com bons olhos a

criação de um Ministério do Turismo, reeditando a iniciativa do XVI governo constitucional, em 2004?

F. C. - A CTP defende que o modelo atual de *governance* do turismo não está totalmente adequado às evoluções atuais dos mercados, não garantindo a agilização operacional que a dinâmica e os comportamentos dos consumidores impõem. A nossa posição é a de que o turismo deveria consagrar uma representação ministerial que integrasse valências e áreas de ação que atualmente se encontram dispersas por outros organismos do Estado, nomeadamente a nível das infraestruturas e transportes.

Contabilista - Já disse publicamente que discorda da taxa turística. Gostaria de compreender se contesta a prática ou a forma como as receitas são investidas?

F. C. - A CTP sempre foi clara neste ponto: a introdução de novas taxas representa uma ameaça forte à sustentabilidade e competitividade internacional do turismo, a nível local e nacional, na medida em que afeta a situação financeira das empresas portuguesas que atuam nesta área. Todas as decisões tomadas neste âmbito devem ser muito ponderadas no seu objetivo, alcance e impacto. De igual modo, todas as receitas obtidas por esta via devem ser aplicadas na melhoria dos serviços turísticos e decididas em consonância com os agentes económicos do turismo.

Contabilista - O atual governo procedeu à diminuição do IVA na restauração. Que impacto esta medida tem tido no setor turístico?

F. C. - A reposição da taxa do IVA na prestação de serviços de alimentação e algumas bebidas, com efeitos a 1 de julho de 2016, trouxe resultados evidentes para o turismo. Segundo o relatório do grupo de trabalho que envolveu representantes de diferentes áreas com o objetivo de acompanhar a evolução do setor na sequência dessa medida, no segundo semestre de 2017, o emprego no setor da restauração aumentou 9,9 por cento em termos homólogos - mais 21 mil empregos - alcançando as 240 mil pessoas e superando o crescimento global do emprego - mais 5 por cento.

A medida gerou ainda uma receita fiscal adicional para o Estado, entre 2015 e 2017, de mais de 153 milhões de euros, nomeadamente nas contribuições para a Segurança Social (mais 103 milhões de euros), na diminuição da despesa com subsídio de desemprego (menos 17 milhões de euros), no IRS (mais 10 milhões de euros) e no IRC (mais 21 milhões

Os governos e as oposições deveriam ter uma visão concertada e a longo prazo da política fiscal para o país, não obstante a eventual necessidade de ir fazendo ajustes pontuais. Esta seria uma das áreas onde faria sentido estabelecer pactos de regime.



PERFIL

Francisco Calheiros conta com mais de 30 anos de experiência no setor do turismo.

Entre 1990 e 2015, foi presidente do Conselho de Administração do Grupo Macrotur, depois ES Viagens e agora Springwater Tourism. Teve uma forte participação associativa no setor do turismo, tendo sido representante de Portugal na ECTAA - Associação Europeia das Associações de Agentes de Viagens e Tour Operadores, entre 1995 e 2008, da qual foi presidente durante três anos.

Em 2008, ocupou o cargo de vice-presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP). É, desde maio de 2012, o líder máximo desta entidade, organismo de cúpula do associativismo empresarial do turismo. Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, foi condecorado pelo primeiro-ministro, António Guterres, com a Medalha de Mérito Turístico e pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com a Comenda de Mérito Comercial.

de euros). São números muito significativos desse impacto, que não deixam margem para dúvidas.

Contabilista - Como analisa as medidas mais penalizadoras recentemente introduzidas no alojamento local?

F. C. - O alojamento local é, hoje, uma realidade incontornável para o turismo e ainda bem, porque tem um peso considerável na economia das regiões e do país, tem criado postos de trabalho e contribuído para a diversificação da nossa oferta turística. Para não falar do importantíssimo contributo para a reabilitação e regeneração urbana. Não me parece razoável criar medidas que travem constantemente a atividade ou estabelecer critérios pouco claros quanto à atribuição de licenças. Esse sempre foi o nosso

entendimento sobre esta matéria.

Contabilista - Não é novidade para ninguém que o Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, está no limite da sua capacidade operacional. É dos que desespera pelo início das obras no Montijo?

F. C. - A acessibilidade aérea e a capacidade aeroportuária na Região de Lisboa são um dos maiores problemas que se coloca ao turismo, senão mesmo o maior. Há muito que a CTP tem vindo a alertar para a necessidade de investir numa nova infraestrutura aeroportuária, capaz de dar resposta às necessidades atuais e futuras do transporte aéreo e das condições de receção dos fluxos turísticos. A verdade é que continuamos a ter um aeroporto na capital que ameaça o crescimento do turismo, não só em Lisboa, mas nas

várias regiões que a circundam. Em 2018, segundos dados da ANA, o tráfego no *hub* de Lisboa cresceu 8,9 por cento em termos homólogos para um valor recorde de 29 milhões de passageiros. Claro que há dez anos não era possível antecipar este crescimento, mas também é verdade que infraestruturas desta natureza não podem ser pensadas a cinco anos. E há cinco anos que o turismo cresce com grande dinamismo, sobretudo em Lisboa, onde as dormidas ascenderam aos 15 milhões em 2018. Não é possível falar de mobilidade entre regiões - num país com menos de 90 mil quilómetros quadrados de território continental - com o principal aeroporto nacional esgotado. Podemos ter as melhores ideias e desenvolver grandes projetos de mobilidade intrarregiões, mas de nada nos ser-

O SAF-T vai aumentar ainda mais a complexidade dos processos. As empresas sofrem com a instabilidade legal, ou seja, todos os anos o Orçamento do Estado altera os procedimentos e aparece com novas declarações.



virão se os turistas não chegarem a Portugal. O debate do aeroporto é antigo, mas a sua urgência obriga-nos a exigir uma decisão para hoje. É isso que a CTP espera do Governo. Adiar ou atrasar esta obra é motivo de desespero para todos aqueles que trabalham no turismo.

Contabilista - Segundo dados divulgados pela OCDE, um trabalhador médio leva para casa 73 por cento do salário bruto. À boleia da troika e do «enorme aumento de impostos», o país pode estar a sofrer de fadiga fiscal?

F. C. - Não oferece dúvidas a ninguém de que a carga fiscal é muito elevada em Portugal. E, ao que tudo indica, a situação não se irá alterar a curto prazo - o Governo acaba de anunciar na sua atualização do Programa de Estabilidade um li-

geiríssimo alívio fiscal em 2019 e na próxima legislatura, pelo que a previsão é que se mantenha em níveis historicamente elevados até 2023.

Contabilista - É comum mudar o governo e mudarem as políticas. Faz falta uma política fiscal coerente e blindada às mudanças governamentais?

F. C. - Alterações constantes à lei em matéria de impostos travam o investimento, sobretudo estrangeiro, porque criam insegurança e instabilidade. E sem investimento não há crescimento económico, nem criação de emprego. Os governos e as oposições deveriam ter uma visão concertada e a longo prazo da política fiscal para o país, não obstante a eventual necessidade de ir fazendo ajustes pontuais

que melhor sirvam os interesses orçamentais de Portugal. Esta seria uma das áreas onde faria sentido estabelecer pactos de regime.

Contabilista - Para além da carga fiscal, existem diversos constrangimentos nomeadamente ao nível burocrático e no que diz respeito aos apoios ao investimento concedidos pelo Estado à iniciativa privada. Portugal é um país a várias velocidades?

F. C. - Portugal é um país onde ainda há muito a fazer no que se refere ao apoio ao investimento produtivo. A CTP tem vindo a defender a reposição de instrumentos financeiros especializados do apoio ao turismo, nomeadamente, no âmbito do financiamento e do capital de risco. Queremos assegurar que nenhum dos setores do turismo fi-



que excluído do universo das medidas, dos beneficiários e dos projetos a implementar. Paralelamente na CTP defendemos a implementação cabal das medidas propostas pela Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, nas quais a CTP se empenhou, alvo de resolução de Conselhos de Ministros, mas que se encontram ainda por operacionalizar e que as mesmas, no plano da sua operacionalização, venham a integrar todos os setores de atividades do turismo.

Contabilista - A partir de 2020 as empresas e os empresários serão obrigados a enviar o ficheiro de auditoria SAF-T para a Autoridade Tributária (AT). Os empresários do vosso setor estão alertados e sensibilizados para esta obrigação?

F. C. - Certamente que os conta-

bilistas e as áreas financeiras das empresas têm feito o trabalho de sensibilização junto dos empresários sobre este tema. No entanto, pensamos que neste trabalho de sensibilização e adaptação a esta nova realidade ainda está muito por fazer nomeadamente no envolvimento dos empresários para a discussão do tema. Muitas empresas não estão preparadas, não têm noção das alterações que podem ter de fazer. O esforço destas mudanças parece ser sempre mais do lado das empresas/contabilistas do que da AT.

Contabilista - Os contabilistas certificados queixam-se amiúde que os empresários subestimam o seu trabalho, desvalorizando, inclusive, os honorários atribuídos. Pensa que todos teriam a ganhar com

uma relação mais estreita e próxima?

F. C. - Os contabilistas encontram-se entre as empresas e a AT e têm cada vez mais uma importância significativa na vida das empresas, prestando um serviço que muitas vezes não é devidamente valorizado. Os empresários devem compreender que melhor qualidade de informação tem custos acrescidos, mas que, por outro lado, pode ajudar em decisões de gestão. Para muitos empresários, o contabilista serve apenas para calcular impostos quando a contabilidade deveria ser um instrumento de gestão. Resumindo, a AT exige, as empresas não conseguem pagar e os contabilistas estão no meio deste triângulo.

Contabilista - A Bastonária da OCC



tem, repetidamente, alertado para a quantidade e a sensibilidade de informação a que o fisco passa a ter acesso com o SAF-T, apelidando a prática de *big brother*. Entende razoável que o argumento do combate à fraude e evasão fiscal seja uma "carta branca" que tudo permite?

F. C. - Penso que todos estamos de acordo com a ideia de que o combate à fraude e à evasão fiscal é um princípio fundamental. Concordamos que o envio de informação é saudável, desde que impere o bom senso. Porém, o SAF-T vai aumentar ainda mais a complexidade dos processos. As empresas sofrem com a instabilidade legal, ou seja, todos os anos o Orçamento do Estado altera os procedimentos e aparece com novas declarações. Por outro lado, são cada vez mais reportes e anexos que têm de ser submetidos

e a AT parece não abdicar de nenhum, o que faria sentido tendo em consideração a quantidade de informação que já atualmente é reportada junto da AT. Efetivamente, estamos de acordo com a Bastonária da OCC.

Contabilista - Todos os anos até 31 de dezembro, a AT vai enviar alertas a informar sobre eventuais fragilidades que ameacem a viabilidade do negócio das empresas. Considera ser esta uma medida positiva ou mais uma intromissão do fisco?

F. C. - A AT idealiza um sistema, os contabilistas implementam e os contribuintes/empresas pagam. Além de aumentarem os custos de contexto no âmbito fiscal, acresce a outras burocracias com custo, como a elaboração de procedimentos para

a proteção de dados, nova declaração de interesses dos administradores, práticas ambientais, etc. Cada vez a burocratização é maior. A inexistência de um contexto de estabilidade implica que as empresas estejam sempre a adaptar-se às novas realidades por norma com aumento dos seus custos, quer pelo consumo de FTE (NDR: *Full Time Equivalent*), quer por via de novas necessidades em sistemas de informação, etc.

Contabilista - De vários quadrantes surgem críticas à AT, sendo frequente, aqui e ali, acusações de submeter os cidadãos e empresários a uma ditadura fiscal. Subscreve?

C.F. - Diria que quem está dentro da máquina fiscal é trucidado. E que revolta ver que há quem não pague impostos.